

O desenvolvimento do sentido de realidade na experiência do luto

The development of the sense of reality in the experience of grief

Maria Bulhões-Peixoto de Miranda Santos*
Jô Gondar**

Resumo

O presente trabalho pretende pensar o processo de trabalho do luto em seus diferentes estágios a partir do desenvolvimento do sentido de realidade de Sándor Ferenczi. Freud distinguiu o princípio do prazer do princípio de realidade, mas não se preocupou em esmiuçar o modo como a forma de atividade psíquica secundária se desenvolve a partir da primária. Ferenczi apresenta as nuances desse processo, indicando um percurso que parte da negação dos sentimentos de desprazer e envolve a perda progressiva da onipotência. O artigo procura entender os diferentes momentos que uma pessoa enlutada atravessa como construções de um novo sentido de realidade.

Palavras-chave: Luto. Princípio do prazer. Princípio da realidade. Freud. Ferenczi.

Abstract

The present paper intends to think the mourning work process in its different stages based on Sándor Ferenczi's development of the sense of reality. Freud distinguished the pleasure principle from the reality principle, but did not detail how the secondary psychic activity develops from the primary one. Ferenczi presents the nuances of this process, indicating a path that begins with the denial of feelings of displeasure and involves the progressive loss of omnipotence. The article seeks to understand the different moments that a bereaved person goes through as constructions of a new sense of reality.

Keywords: Grief. Pleasure principle. Reality principle. Freud. Ferenczi.

* Psicóloga. Membro Associado em Formação do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. maria.bulhoesp@gmail.com

** Doutora em Psicologia Clínica. Membro efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ). Professora titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. joogondar@gmail.com

A vivência de luto, tão cotidiana e, ao mesmo tempo, tão estranhamente devastadora, pode suscitar para cada sujeito a produção das mais diferentes formas de reações, posturas e sentimentos. Quando dizemos “para cada sujeito” fazemos referência, precisamente, não apenas às diferentes pessoas em diferentes culturas do mundo, mas também às “várias pessoas” que podemos ser ao longo da vida. A transformação e o desenvolvimento subjetivo implicam a constante escolha de objetos de satisfação, que, de seu lado e por meio de processos de transferência e identificação, serão responsáveis por constantemente subsidiar a construção do edifício egoico.

Sándor Ferenczi, em *Transferência e introjeção* (1909), introduz o tema da participação dos objetos na construção do Eu identificando dois momentos fundamentais: primeiramente, diz, o bebê vai experimentar as coisas do mundo de forma monista e apenas mais tarde o monismo vai poder se transformar em dualismo. O autor aqui utiliza um vocabulário que no desenrolar das teorias da psicologia e da própria psicanálise adquiriu variados sentidos; neste texto, o processo que está sendo descrito é exatamente a inicial apropriação dos objetos, quando “o neurótico procura incluir em sua esfera de interesses uma parte tão grande quanto possível do mundo externo, para fazê-lo objeto de fantasias conscientes ou inconscientes” (p. 95), e a *posteriori* expulsão desses objetos, em um movimento que constituirá, assim, a distinção entre o mundo externo e o Eu.

O interessante do processo seria justamente este movimento em dupla direção: quer dizer, o Eu se identificaria e introjetaria as experiências de prazer com os objetos ao mesmo tempo em que esses objetos garantiriam ao Eu o reconhecimento de sua existência. A intimidade, portanto, entre os objetos de satisfação/amor e a própria constituição egoica seria de tal ordem que poderíamos afirmar que o Eu se engendraria a partir das qualidades dos objetos. Primeiro Freud (1911) e depois e mais detalhadamente Ferenczi (1913) se debruçaram sobre o desenrolar desse processo, cujo início estaria na experiência de prazer absoluto do bebê e seu Eu ainda rudimentar, e cujo resultado culminaria na distinção eu/mundo externo. Essa distinção seria imprescindível para o sujeito conseguir se aproximar ou se afastar dos objetos conforme a necessidade, de modo a suportar o adiamento de uma vivência de prazer, se com isso for possível, posteriormente, aumentar a experiência de prazer.

Temos assim que a constituição egoica teria origem na vivência (intrauterina) de puro prazer e almejava a vivência (na linguagem) de separação Eu/outro. Ora, perguntamos então: como será que na experiência de luto, isto é, na experiência de perda do objeto de amor – objeto esse estruturante

na montagem egoica –, o Eu se reorganizaria, agora na ausência física/ presença afetiva do objeto? Se o percurso inicial fora descrito pelo desenvolvimento desde o princípio de prazer até o princípio de realidade, será que o percurso atual, na eventualidade da perda, também trilhará o mesmo caminho ou o caminho inverso?

Com o objetivo de nos aprofundar nos temas que regem tal pergunta, não tanto com a finalidade peremptória de respondê-la e mais com a curiosidade clínica de nos aproximar da psicologia do luto, partimos da definição desse termo no vocabulário freudiano. Nesse primeiro momento, procuramos entender, sob o olhar da psicanálise, a que se refere o sentimento de luto e em que constituiria sua recuperação. Em seguida, retomamos, também em Freud, as noções de princípio de prazer e de princípio de realidade, porém, agora recorrendo adicionalmente ao texto ferencziano, mais esmiuçado no que se refere às fases de transição de um para o outro. Por fim, em um terceiro momento e já melhor aparelhados, resgatamos nossa pergunta-mote, no propósito de comparar o movimento infantil de estruturação egoica aos diversos e numerosos trabalhos de recomposição do Eu durante a experiência de luto.

A perda, a dor, o rasgo

Quem abandona o éden do ambiente uterino e forçadamente ingressa na realidade mundana experimenta, já de começo e por certo, o mais que ainda há de vir. O decurso do desenvolvimento individual, correndo uma espiral sem qualquer lógica amparada pela geometria, perpassa ganhos e perdas, relevos e vazios, que continuamente alimentam, encolhem e realimentam a estrutura egoica. É verdade que certas perdas parecem passar mais naturalmente, e de forma tão suave, como se fosse mesmo somente uma questão de tempo para que acontecessem; parece mesmo que todos os caminhos já se preparavam e silenciosa e calmamente apenas aguardavam qualquer movimento. Ao mesmo tempo, e ao contrário, outras vêm de súbito, como um rasgo, como um susto, e com tal força arruinam tudo aquilo em que tocam, deixando para trás nada além de um rastro vazio, uma paisagem de escombros.

Nem tão tênues nem tão traumáticas, as perdas podem ser, e efetivamente são, muitas. Levam consigo algo do mais profundo íntimo e, nesse assalto, provocam diferentes reações. O que se passa é, acima de tudo, a perda de um objeto de amor e, afinal, de uma configuração libidinal e narcísica que se sustentava em torno daquele objeto. Dessa forma, quando ele não está mais lá,

a dor é dupla e arde tanto no processo de redistribuição da libido quanto no processo de reestruturação e reposicionamento do Eu diante de cada ausência, cada carência ou cada fracasso. Trata-se sobretudo de conviver com um vazio, deixá-lo ocupar um espaço sossegado na memória. Nota-se que vazio é decerto diferente de vácuo: dizemos vazio somente em razão da concreta falta do objeto amado; no entanto, sabemos que há ali um recheio de laços e memórias e afetos intensamente investidos. A “desintensificação”, por assim dizer, o lento e gradual desligamento da libido, irá consistir justamente no trabalho do luto.

Enquanto atravessava esse processo, a jornalista e romancista estadunidense Joan Didion narrou, em uma espécie de diário autobiográfico de nome *O ano do pensamento mágico* (2005), suas angústias, seus desejos e em especial suas lembranças durante o período que se passou após o falecimento de seu marido, em decorrência de um ataque cardíaco. O que ela expõe é a expressão mais humana da experiência de luto; em meio a tanto afeto, carinho e dor, confessa o inconformismo diante da continuidade da vida no mundo, mesmo após aquela trágica noite, quando o seu próprio mundo se desfez, inesperada e definitivamente. Didion descreve, por exemplo, pequenos rituais que mantinha como tentativas mágicas de se aproximar daquele que já não estava mais lá – deixava os sapatos dele na porta, preparava sua refeição favorita, percorria escritos e anotações antigas. Foi assim encontrando seu próprio caminho para comunicação com o mundo dos mortos – repare, aqui não se trata de uma cerimônia lúgubre, mas, ao contrário, do uso tão unicamente franco da sabedoria infantil, que lhe permitiu criar uma forma de vínculo afetivo com as partes possíveis do amado, adiando tanto quanto possível a imposição da realidade.

Em 1926, Ferenczi trabalhou o problema da afirmação do desprazer em diálogo com o tema da negação, que fora proposto por Freud no ano anterior, e então fez referência a uma questão oportuna para a experiência do luto: diante do primeiro choque de separação, o sentimento de desconforto estranho ao Eu é por ele rejeitado e somente será aceito na consciência em sua forma negativa, isto é, sendo negado. Isso significa que a possibilidade de afirmação do desprazer depende, portanto, de um esforço dobrado, uma vez que exige a negação da negação, de forma a, assim, positivar a experiência.

O reconhecimento da perda diz respeito fundamentalmente à condição imposta por Freud (1917) à possibilidade do trabalho do luto; isto é, para que uma reação à perda pudesse acontecer seria preciso, antes, que o exame de realidade de fato atestasse a tal perda. É um processo penoso e que toma tempo, já que em cada objeto e em cada lembrança ligados ao objeto perdido, há de se reconhecer que ele mesmo não mais se encontra lá:

(...) o exame de realidade no luto consiste em efetivamente não reencontrar, na percepção real, um objeto que corresponda ao representado, e assim se convencer de que ele não está mais lá, apesar de se ansiar que ele lá esteja. O investimento psíquico maciço na representação produz a ânsia de reencontrá-lo no campo perceptivo; a não mais existência do objeto, em contrapartida, nega tal reencontro de forma inexorável. Assim, o re-manejamento da libido torna-se imperioso (CÂMARA; HERZOG, 2018, p. 568).

O processo ocorre, então, de forma que o resultado do teste de realidade demonstra que o objeto não está mais lá, e, pouco a pouco, a libido vai sendo dele desligada; de seu lado, a redução da libido diminui a ânsia por continuar à procura do objeto, o que contribui para reforçar as repetidas confirmações do teste de realidade. “Portanto, da constatação da perda do objeto à renúncia do desejo de recuperá-lo, o luto, sob o ponto de vista do exame de realidade, é um trabalho de convencimento da realidade efetiva da perda” (CÂMARA; HERZOG, 2018, p. 568).

O tudo, o menos, o real

Segundo Freud (1917), na conclusão desse processo, estaria a possibilidade de substituição do objeto perdido por outro (ou outros) e o consequente reinvestimento libidinal. O autor chama atenção também para o sofrimento e o pesar característicos desse estado quando reconhece a dificuldade do ser humano em deixar uma posição libidinal em favor de outra, ainda que esta já se encontre disponível. O abandono de uma posição libidinal prevê um deslocamento subjetivo do Eu; quer dizer, ao se deixar alguém – ou algo – ir embora, mudamos um pouco do que somos, perdemos uma parte daquilo que representávamos para esta pessoa e algumas vezes, mudamos inclusive de status frente à sociedade, na medida em que, por exemplo, casados viram viúvos e filhos viram órfãos. Podemos entender que uma dimensão do Eu é assim desmontada e, por conseguinte, será necessário um trabalho de construção que dê conta de novas organizações.

Se Freud (1911) havia organizado o amadurecimento do Eu como uma progressão do princípio do prazer ao princípio da realidade, Ferenczi no texto *O desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios* (1913), escandiu esse processo em fases que se sucederiam na medida em que o encontro com a realidade se fizesse inevitavelmente mais incômodo. O princípio do prazer esta-

ria referido à relação do bebê com um mundo externo “ideal”, por assim dizer, com um ambiente que não falharia e que estaria em tamanha sintonia com o próprio bebê que adivinharia suas necessidades no mesmo momento em que elas surgissem. De seu lado, o princípio da realidade se relacionaria à experiência da criança com um mundo externo diferente dela mesma, em tempo, ritmo e demandas próprios.

No texto de Ferenczi, o ponto de partida é um estado marcado pelo “puro princípio de prazer” e pela inexistência de qualquer relação com um mundo exterior. Seria essencialmente um período de “onipotência incondicional”, referenciado paradigmaticamente à vida intrauterina e caracterizado pelo provimento absoluto por parte do ambiente, de todas as necessidades do sujeito, de forma automática e constante. Acontece, no entanto, que essa “onipotência” vai se mostrar progressivamente menos eficiente: a resposta ambiental torna-se invariavelmente “menos perfeita”, no sentido de que ela jamais será igual àque-la primeira, matriz dos desejos posteriores. Seja pelo tempo prolongado entre a demanda e o retorno ou pela discrepância entre o primeiro objeto, que lhe garantia um prazer absoluto, e o objeto agora apresentado, vai se fazer necessária a construção de ferramentas das quais o bebê poderá lançar mão quando se vir diante da adversidade. Ferenczi acompanha, ao longo do desenvolvimento do Eu, a construção de certos rituais que objetivariam, ao menos idealmente, a aproximação ao objeto – ou ao estado – de prazer. O que antigamente funcionava “automaticamente”, sem o dispêndio de qualquer esforço, agora vai requisitar mais e mais trabalho por parte do sujeito afim de obter um resultado apenas aproximado.

Tem-se que o primeiro caminho encontrado pela criança seria a alucinação da satisfação:

(...) a primeira consequência dessa perturbação foi o *reinvestimento alucinatório* do estado de satisfação perdido: a existência tranquila no calor e na placidez do corpo materno. Por conseguinte, o *primeiro desejo da criança* não pode ser outro *senão o de se reencontrar nessa situação*” (FERENCZI, 1913/2011, p. 50, grifos do autor).

Vale a pena notar o comentário do autor na sequência desse trecho, quando reconhece que, na condição de o ambiente estar atento aos sinais da criança, o recurso à alucinação efetivamente funciona; conseqüentemente, a sensação infantil é de manutenção de sua onipotência de prazer. A atenção por parte do ambiente a que se refere Ferenczi diz respeito ao cuidado e à identifi-

cação tanto no plano afetivo quanto no plano do pensamento; quer dizer, diz respeito à possibilidade de a família ou os cuidadores reconhecerem que o choro, a agitação e a angústia do bebê seriam reações a perturbações desprazerosas e que, portanto, deveriam ser acolhidas.

Evidente que essa atenção não é, e não pode ser, constante. Assim, posto que a necessidade corporal ainda se manterá pungindo, aos poucos o recurso à alucinação já não trará mais resultados satisfatórios. Haverá de se recorrer a outra ferramenta que possibilite ao bebê expressar sua aflição e chamar para si o olhar de outro – há de se mostrar o incômodo afim de se obter a atenção devida. Para isso, a criança passará a emitir sinais ou “gestos mágicos”, como movimentos motores que, a partir de seu ponto de vista, serão capazes de provocar uma mudança no ambiente, sanando a angústia que lhe incomoda. O choro, os gritos e a agitação vão aqui servir a esse propósito. O reconhecimento de um *outro* marca de forma incontestável um avanço, no sentido de uma importante aquisição para o desenvolvimento do ego:

Chamei antes *fase de introjeção*, do psiquismo ao primeiro desses estágios, quando todas as experiências ainda estão incluídas no ego, e *fase de projeção* ao estágio que se lhe segue. De acordo com essa terminologia, poderíamos designar os estágios de onipotência como *fases de introjeção*, e o estágio de realidade como *fase de projeção* do desenvolvimento do ego (FERENCZI, 1913/2011, p. 50, grifos do autor)

A terminologia à qual Ferenczi faz referência é interessante, uma vez que não implica uma sucessão segmentária de fases, isto é, fases independentes que se substituiriam em sequência, mas essencialmente um crescimento cumulativo em fases interligadas e interdependentes umas das outras. Isso faz sentido quando o autor afirma, em um próximo estágio, que “a criança só vê no mundo reproduções de sua corporalidade e, por outro lado, aprende a figurar por meio de seu corpo toda a diversidade do mundo externo” (*Ibid.*, p. 54). O reconhecimento de um mundo externo alheio, porém familiar, é um passo fundamental na aprendizagem de gestos que podem simbolizar uma comunicação; ou seja, é um passo na aquisição da linguagem gestual como forma de modificar o mundo externo com o objetivo de saciar uma necessidade do corpo. Da mesma forma e em sequência, faria parte dessa lógica afirmar que o desenvolvimento de uma linguagem verbal seria essencialmente uma sofisticação do recurso gestual.

Caminhos, formas de existência

Agora podemos enfim retomar nossa pergunta inicial: se o trabalho de luto vai consistir na necessidade de o sujeito construir caminhos que o levem das ruínas a, novamente, uma edificação razoavelmente erguida e estável, será que esse processo acompanharia o mesmo percurso de desenvolvimento que possibilitou que alguma construção fosse arquitetada em primeiro lugar? Em outras palavras: se o amadurecimento do ego na infância exige a passagem do princípio do prazer ao princípio da realidade, será que, na situação de luto, quando esse ego se vê subtraído de algo que lhe era extremamente caro e que lhe garantia uma certa forma de existência, o mesmo trajeto vai se mostrar estrada para uma nova organização?

Vimos que o trabalho de luto pode ser resumido como um convencimento do sujeito sobre a realidade – realidade essa de que o objeto amado, por um motivo ou por outro, não mais se encontra disponível, e convencimento, porque a reação primeira do enlutado seria negar a perda. A negação da dor, ou melhor, a negação daquilo que é “mau”, vai se aproximar da postura mais infantil que introjetaria as qualidades boas do mundo externo, mas que manteria de fora do ego, apartado dele, suas características ruins, dolorosas, incômodas. Essa postura toma como ponto de partida o primeiro estágio do desenvolvimento do ego, no qual predomina o sentimento de onipotência do sujeito. Isso significa que, inicialmente, a experiência infantil nega (ou, na verdade, talvez, fosse mais correto dizer que não reconhece) a existência de qualquer objeto ou estímulo diferente do próprio sujeito. Embalado, então, na vivência de “puro-prazer” e sem despendar qualquer esforço (sem mesmo tomar consciência disto) o bebê se sente capaz de modificar e obter do ambiente tudo aquilo de que precisa. Nada lhe falta e, portanto, de nada sofre.

Conforme a realidade for se impondo e a negação da perda for se mostrando incapaz de sustentar a ausência concreta e verdadeira do objeto, o recurso à alucinação pode se apresentar como uma tentativa de conservá-lo ainda presente. Na verdade, não exatamente alucinações, mas mais precisamente, as vivências de sonhos, durante a noite, e de fantasias, durante o dia, vão se mostrar sobretudo espaços possíveis para encontrar e se relacionar com o objeto perdido. Serge Tisseron (2015) trabalha a relação entre a ausência e as representações mentais, afirmando que estas se associariam ao desejo de preencher a ausência do objeto concreto: “Quando o objeto já não existe, sua imagem pode, com efeito, continuar a manter a ilusão de sua presença; e quando ele nunca existiu sua presença ilusória através da imagem interposta pode ser

vinculada a uma realidade alternativa” (FERENCZI, 1913/2011, p. 18). O autor exemplifica esse processo recorrendo justamente ao fenômeno do luto:

Esta tendência é normal – lembremo-nos de todos os que ficam assustados quando se flagram falando mentalmente ou em voz baixa com a fotografia de um parente morto recentemente. Mas se ela se cristalizar estaremos lidando com o fetichismo. A imagem torna-se, então, ilusão da presença desejada, e o indivíduo não consegue se privar dela sem ameaçar seu equilíbrio mental (*Id., ibid.*).

Ainda no mesmo texto, há uma referência ao trabalho *Le fantasme. Essai de définition structurale et opérationnelle* (1959) de Maria Torok, onde a autora distingue dois tipos de fantasia: a “fantasia de antecipação” e a “fantasia de consumação mágica”. Para a primeira:

A primeira é uma forma de desejo de elaboração em transformação: uma afetividade é provisoriamente associada a uma representação que não lhe convém, mas o fato de poder evocar essa afetividade lhe dá uma primeira forma comunicável e permite considerá-la associada no futuro à representação adequada (TOROK, 1959, p. 21).

Já para a segunda:

A fantasia de consumação mágica, ao contrário, comprova uma não consumação. Ela impede a visualização de um trauma que o sujeito não apenas não acessa com sua fantasia, mas também da qual ele até mesmo foge numa atividade compulsiva de criação de fantasias. Personalidades machucadas tentam encontrar refúgio em tipos de sonhos acordados que não são na verdade sonhos, pois não têm nenhuma relação com o mundo concreto, nem com aquele do trauma do qual elas tentam desviar a atenção. Na verdade, elas querem satisfazer um desejo de onipotência irreal para bloquear a visão de uma realidade amarga que o indivíduo não quer acolher em sua vida psíquica, em outras palavras, que ele não quer introjetar (TOROK, 1959, p. 21).

Analisando as definições para os dois tipos de fantasias, faz sentido pensar que ambas podem descrever o trabalho do luto: a primeira no processo de digestão de sentimentos inconscientes relacionados à perda e a segunda nos casos particulares de rupturas traumáticas. No entanto, se nos concentrarmos em um momento inicial do luto, naquele em que a perda ainda nem é admitida

como verdadeira, poderemos pressupor que o segundo tipo de fantasia, de “consumação mágica”, estaria presente em todos os eventos de perdas e lutos. Assim, as personalidades machucadas seriam exatamente todas aquelas que sofrem com a ausência de seus objetos de amor, e que procuram onipotentemente negar sua realidade. Nos casos de lutos saudáveis, então, as “fantasias de consumação mágica” configurariam uma primeira etapa no trajeto de elaboração da perda. Quando esse recurso falhar diante do insistente comparecimento da realidade, caberá ao sujeito abandonar o consolo alucinatório e, em seu lugar, buscar outras formas de alívio.

Nesse sentido, é por exemplo frequente observarmos no comportamento de indivíduos em luto a preservação de alguns rituais que eles mantinham na convivência com o objeto perdido – muitas pessoas quando perdem alguém querido conservam meticulosamente a organização de seus quartos; ou cozinham suas refeições favoritas; ou telefonam para seus antigos números de celular. Em seu relato, Didion (2005) revela que durante algum tempo após o falecimento de seu marido, deixou os sapatos dele guardados no armário, para o caso de ele voltar para casa e precisar calçá-los. Esses rituais vão apontar para uma tentativa a mais desses indivíduos de, onipotentemente, modificar a realidade, já não mais de forma alucinatória, mas agora apelando a sinais e cerimônias que magicamente poderiam realizar seu tão forte desejo de reencontrar aquilo que se foi.

A expressão gestual cumpre uma função de destaque na teoria ferenciana. Na verdade, podemos reconhecer desde Freud (1923) a indissociabilidade entre uma construção corporal e uma vivência egoica; no entanto, Ferenczi (1929) atribui a possibilidade de construção de um Eu fundamentalmente às relações de afeto com figuras de cuidado, tomando cuidado como a possibilidade de oferecer ao bebê um ambiente que acolha com *tato* toda uma sorte de percalços próprios do desenvolvimento infantil. É nesse sentido que o autor de certa forma avança quando reconhece no tratamento com pacientes muito regredidos o recurso às experiências sensoriais mais precoces, como uma oportunidade de transposição inconsciente entre um tempo atual traumático e uma memória precoce de tranquilidade. Se, ao tratarmos da “onipotência incondicional”, afirmamos que nesse estado o sujeito nada teria a desejar, já que tudo o que necessitava lhe era oferecido sem qualquer esforço, no tempo do trauma somos obrigados a reconhecer a existência de uma busca ativa, talvez não por um objeto, mas fundamentalmente por esse estado de tranquilidade do qual ele gozava antes que a perda se sucedesse.

Assim, a comunicação verbal vai se mostrar essencialmente contígua à comunicação gestual, como uma diferenciação mais sofisticada desta. Nesse

sentido, é apenas lógico pensar que na experiência do luto, a apropriação da perda pela linguagem verbal somente será possível na ocorrência de um ambiente que facilite, acolha e aceite a dor do abandono traumático. Podemos aqui lembrar que, ao abordar o tema da chegada de uma nova criança em uma família, Ferenczi (1928) sublinha que “a adaptação da família à criança só pode iniciar-se se os pais começam a *compreender-se melhor eles próprios* e assim chegam a adquirir uma certa representação da vida psíquica dos adultos” (p. 02, grifos do autor); quer dizer, a escuta da angústia infantil (e aqui pode-se ler também a angústia do enlutado) requer uma identificação em si próprio da experiência infantil, suas dores e dificuldades. Essa postura vai ser oposta àquela em que se toma a criança, ou o sujeito em luto, como alguém menor – a fragilidade diz respeito exatamente à importância para o sujeito de suas *relações*, de suas experiências boas de afeto.

Com efeito, a linguagem infantil será justamente a linguagem da ternura, marcadamente lúdica, e que vai caracterizar o movimento da criança ao se lançar para conhecer o mundo, garantindo a ela o direito de investigar e experimentar as diferentes qualidades dos objetos. A condição para isso, no entanto, será exatamente que o ambiente sustente essa postura, *sinta com* a criança a emoção que as várias descobertas que ela busca lhe provocarão, de forma empática e acolhedora. Igualmente irá se dar a vivência do luto: o trabalho de montagem de um novo Eu, agora sem uma parte que lhe era fundamental, vai demandar do entorno um ajuste psíquico tal que acolha e escute suas tentativas de, Tateando os rastros e escombros que restaram, construir uma outra paisagem.

Tramitação

Recebido 06/02/2023

Aprovado 24/09/2024

Referências

CÂMARA, L.; HERZOG, R. A realidade da perda: considerações sobre o luto e o exame de realidade. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro. v. 30, n. 3, p. 561-578, 2018.

CINTRA, E. M. U. Os limites de Eros na melancolia e no luto. In: MARRACINI, E.M. *et al.* (Orgs.). *Limites de Eros*. São Paulo: Primavera Editorial, 2012. p. 61-88.

DIDION, J. (2005). *The year of the magical thinking*. Nova York: Vintage Books, 2007.

- FERENCZI, S. (1909). *Transferência e introjeção*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 87-123. (Obras completas Sándor Ferenczi, 1).
- _____. (1913). *O desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 45-62. (Obras completas Sándor Ferenczi, 2).
- _____. (1926). *O problema da afirmação do desprazer*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 431-444. (Obras completas Sándor Ferenczi, 3).
- _____. (1928). *A adaptação da família à criança*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 1-15. (Obras completas Sándor Ferenczi, 4).
- _____. (1929). *A criança mal acolhida e sua pulsão de morte*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 55-60. (Obras completas Sándor Ferenczi, 4).
- _____. (1929). *Análises de crianças com adultos*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 79-95. (Obras completas Sándor Ferenczi, 4).
- _____. (1933). *Confusão de línguas entre os adultos e a criança*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 111-121. (Obras completas Sándor Ferenczi, 4).
- FREUD, S. (1911). *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 108-120. (Obras completas, 10).
- _____. (1917). *Luto e melancolia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 170-193. (Obras completas, 12).
- _____. (1923). *O eu e o id*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 13-74. (Obras completas, 16).
- TISSERON, S. O "querer ver ausente": sonho, fantasia e imaginação. In: *Sonhar, fantasiar, virtualizar: do virtual psíquico ao virtual digital*. São Paulo: Edições Loyola, 2015. p. 17-36.